

Requerimento
(Do Sr. Bohn Gass)

Requer apresentação de Moção, pela Comissão de Trabalho Administração e Serviços Públicos dirigindo-se, ao Sr. Presidente da República, manifestando a contrariedade dos membros desta comissão às declarações públicas que banalizam o Trabalho Infantil.

Requeiro a V. Exa. seja submetida à deliberação desta Comissão, a presente Moção.

Sala da Comissão, 10 de julho de 2004.

Deputado Bohn Gass

MOÇÃO

No último dia 04 de julho, quinta feira, fomos surpreendidos pelo Presidente da República Jair Bolsonaro que publicou em uma *live* no Facebook, uma verdadeira apologia ao trabalho infantil.

Demonstrando total desinformação e desconhecimento da situação socioeconômica do Brasil, o Presidente da República manifesta seu despreço pelo cumprimento da Constituição Federal e os Acordos Internacionais, dos quais o nosso próprio país é signatário.

Enquanto inúmeros países, fazem enorme esforço pela erradicação do Trabalho Infantil no mundo até 2025, retirando crianças e adolescentes do trabalho, as suas declarações avançam no sentido contrário, com o claro objetivo de afrontar o que ficou estabelecido em 1988, na Constituição Federal nos seus Artigos 7º, XXXIII e 227, no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança e do Adolescente e na Convenções 138 e 182 da OIT.

A fala do presidente ocorre no contexto de desmonte do estado promotor do bem-estar social, da precarização das relações de trabalho, (Reforma Trabalhista), da retirada de direitos previdenciários, sinaliza que as próximas ações de governo podem se voltar ao fim da proteção dos direitos das crianças e adolescentes, radicalizando onda ultraliberal que avança sobre o Brasil.

Esta Comissão de Trabalho Administração e Serviço Público, não se omite, diante de fato de tamanha gravidade, e por isso se posiciona em defesa do Trabalho Decente e da Erradicação do Trabalho da Criança e Adolescente, com o objetivo de exigir o cumprimento e respeito da Constituição Federal, dos Acordos Internacionais, do Estatuto da Criança e Adolescente.

Sala das sessões, 10 de julho de 2019.